

Centro de Estudos de Bioética
Pólo Açores

Coordenação de MARIA DO CÉU PATRÃO NEVES

COMISSÕES DE ÉTICA: DAS BASES TEÓRICAS À ACTIVIDADE QUOTIDIANA

2.ª edição revista e aumentada

INTRODUÇÃO:

A BIOÉTICA COMO REFLEXÃO E COMO PRÁTICA

Significado etimológico-conceitual de bioética

"Bioética" é, sob o ponto de vista etimológico, constituída por duas palavras de origem grega: *bios* mais *ethos*. *Bios* significa "vida", a vida em si mesma, o "existente vivo", sendo o termo originariamente aplicado à vida humana e não à vida animal. Entretanto, a palavra *bios* veio a generalizar-se e a significar a vida como fenómeno, ou seja, o biológico tal como hoje o entendemos: englobando todos os seres vivos, todos os organismos, desde a sua expressão mais simples (unicelular) à mais complexa (como se apresenta no homem). *Ethos* significa "ética", subsistindo nesta tradução alguma ambiguidade ou indefinição quanto ao seu carácter normativo ou fundamentador do agir humano. Privilegiando o primeiro aspecto (ciência dos costumes), conviria recorrer preferencialmente ao termo "moral", tradução latina do *êthos* com o sentido de "modo de ser" ou "carácter" (reportando-se ao resultado de actos, *héxis, hábitos*). Tomando a ética como reflexão sobre os fundamentos da acção humana, recupera-se o sentido mais originário do *êthos* como "lugar próprio do homem", "morada" (reportando-se ao princípio dos actos, *pegé*).

A "bioética" refere-se, pois, ao comportamento ou conduta do homem em relação à vida seja, por vezes, apenas à vida humana, numa perspectiva restritiva, seja, cada vez mais, à vida na sua acepção holista. Em qualquer dos casos, refere-se não à vida tomada na sua espontaneidade natural – o que nos levaria a afirmar que a bioética é, afinal, tão antiga quanto o homem –, mas à vida artificializada ou artificializável pela acção humana, a vida que se encontra sob o poder (ou controle) do homem – o que confirma a constituição recente da bioética. Afinal, é no curso do desenvolvimento das biotecnologias que o homem – qual Prometeu desagrilhoado, nas palavras do filósofo Hans Jonas –, conquista um poder ímpar sobre a vida na multiplicidade das suas expressões. A bioética

designa, então, uma “ética aplicada à vida”, uma ética para as ciências da vida, particularmente atenta aos princípios fundadores do agir humano e sem descurar uma função normativa que é sua também (Patrão Neves, 1996).

O surgimento da bioética

A bioética nasce no cruzamento de dois tipos de factores determinantes: científico-tecnológicos, cujo progresso avassalador, sobretudo durante as décadas de 50 e 60, e as consequências não raramente nefastas impuseram a consciencialização da existência de limites externos à ciência; e sócio-culturais, na emergência de uma nova consciência dos direitos individuais e sociais, revigorada após a II guerra mundial, que conduz necessariamente a uma renovação ética (Patrão Neves, 2001). A bioética encontra assim o seu domínio próprio de acção nas interrogações de ordem ética que cientistas, humanistas e sociedade em geral formulam em relação aos progressos científico-tecnológicos e mais especificamente biotecnológicos.

O homem, atento ao impacto que a sua acção produtora exerce sobre a vida em geral, interroga-se sobre os limites dessa acção; desperto para o incondicional valor de todo e cada ser humano, interroga-se sobre o sentido ou finalidade do seu agir. E é neste espaço de interacção da vida, na sua natureza, e do homem, através do seu agir, que a bioética surge e se desenvolve. Esta aproximação, quase espontânea, de diferentes ordens de saber – científica e humanista –, manter-se-á como absolutamente necessária para a progressão da bioética. Ela apela ao contributo de várias formas de conhecimento (biologia, medicina, filosofia, direito, etc.) que, articuladas num plano transdisciplinar, não se reduzem ao seu somatório, mas constituem uma nova inteligibilidade da realidade a que chamamos vida. É uma nova lógica do pensar e do agir que se inaugura, um novo tipo de discurso que se interroga pelo dever (que devo fazer? qual o sentido da minha acção?) face ao poder (que posso fazer? até onde a minha acção me pode levar?), uma razão do ser e do ir sendo, mais do que do ter ou do produzir.

Esta é uma realidade que se vai traçando e ganhando forma antes mesmo do aparecimento do termo “bioética”, em 1970-71, introduzido por Van Rensselaer Potter, um investigador da área da oncologia, em Madison, Universidade de Wisconsin, Estados Unidos. Potter recorreu ao neologismo “bioética” para designar uma nova “ciência da sobrevivência” (Potter, 1970), a constituir a partir da associação necessária do conhecimento biológico, a ciência dos sistemas vivos (*bio-*), e do conhecimento

dos sistemas de valores humanos (-ética) (Potter, 1971). “Bioética” designava então uma disciplina que recorre às ciências biológicas para melhorar a qualidade de vida do ser humano, no sentido em que permite ao homem participar na evolução biológica, preservando a harmonia universal. Potter forja o neologismo “bioética” com uma forte dimensão ecológica. Entretanto, devido a diferentes factores, entre os quais a incipiente expressão da consciência dos problemas ambientais na década de 70 nos Estados Unidos e a debilidade dos movimentos ecológicos, a original acepção holista de bioética cai praticamente no esquecimento¹. De facto, pelo menos até à década de 90, Potter foi mais conhecido no espaço geo-cultural europeu continental do que no anglo-americano².

Quase simultaneamente, também em 1971, e sem conhecimento do já anterior aparecimento do termo “bioética”, Andre Hellegers, um obstetra holandês da Universidade de Georgetown, em Washington D.C., introdu-lo também com carácter inédito, mas com um sentido algo distinto: o de ética biomédica, enquanto ética das ciências da vida particularmente consideradas ao nível do humano (Reich, 1994). “Bioética” designa então um novo domínio da reflexão e da prática que incide sobre as questões humanas na sua dimensão ética, tal como se formulam no âmbito da prática clínica ou da investigação científica em seres humanos, e que recorre a sistemas éticos já estabelecidos ou a teorias a estruturar com a finalidade de salvaguardar a dignidade da pessoa, na integralidade da sua singularidade e na universalidade da sua humanidade. Foi devido a esta utilização do termo “bioética” que o mesmo veio a alcançar a projecção que hoje se lhe reconhece.

Bioética: uma ética aplicada?

A “bioética”, porém, não se identifica (mais) com uma “ética biomédica”, tomada no seu sentido específico. Esta refere-se ao relacionamento interpessoal no contexto da investigação científica (experimentação

¹ Potter manteve-se sempre fiel à acepção ecológica e holista originária com que forjou o termo “bioética”. Durante a década de 90, e em geral nos seus últimos escritos, o autor relança a sua perspectiva sobre o domínio próprio da bioética, agora sob a designação de uma “bioética global”. Cf. Van Rensselaer Potter; Lisa Potter, “Global Bioethics: Converting Sustainable Development to Global Survival”, *Medicine and Global Survival*, 2 (3), 1995: 185-191.

² Warren Reich tem sido o incansável pesquisador da origem do neologismo “bioética” e, neste âmbito, também ele o grande responsável pela divulgação do protagonismo pioneiro de Potter nesta matéria.

designa, então, uma “ética aplicada à vida”, uma ética para as ciências da vida, particularmente atenta aos princípios fundadores do agir humano e sem descurar uma função normativa que é sua também (Patrão Neves, 1996).

O surgimento da bioética

A bioética nasce no cruzamento de dois tipos de factores determinantes: científico-tecnológicos, cujo progresso avassalador, sobretudo durante as décadas de 50 e 60, e as consequências não raramente nefastas impuseram a consciencialização da existência de limites externos à ciência; e sócio-culturais, na emergência de uma nova consciência dos direitos individuais e sociais, revigorada após a II guerra mundial, que conduz necessariamente a uma renovação ética (Patrão Neves, 2001). A bioética encontra assim o seu domínio próprio de acção nas interrogações de ordem ética que cientistas, humanistas e sociedade em geral formulam em relação aos progressos científico-tecnológicos e mais especificamente biotecnológicos.

O homem, atento ao impacto que a sua acção produtora exerce sobre a vida em geral, interroga-se sobre os limites dessa acção; desperto para o incondicional valor de todo e cada ser humano, interroga-se sobre o sentido ou finalidade do seu agir. E é neste espaço de interacção da vida, na sua natureza, e do homem, através do seu agir, que a bioética surge e se desenvolve. Esta aproximação, quase espontânea, de diferentes ordens de saber – científica e humanista –, manter-se-á como absolutamente necessária para a progressão da bioética. Ela apela ao contributo de várias formas de conhecimento (biologia, medicina, filosofia, direito, etc.) que, articuladas num plano transdisciplinar, não se reduzem ao seu somatório, mas constituem uma nova inteligibilidade da realidade a que chamamos vida. É uma nova lógica do pensar e do agir que se inaugura, um novo tipo de discurso que se interroga pelo dever (que devo fazer? qual o sentido da minha acção?) face ao poder (que posso fazer? até onde a minha acção me pode levar?), uma razão do ser e do ir sendo, mais do que do ter ou do produzir.

Esta é uma realidade que se vai traçando e ganhando forma antes mesmo do aparecimento do termo “bioética”, em 1970-71, introduzido por Van Rensselaer Potter, um investigador da área da oncologia, em Madison, Universidade de Wisconsin, Estados Unidos. Potter recorreu ao neologismo “bioética” para designar uma nova “ciência da sobrevivência” (Potter, 1970), a constituir a partir da associação necessária do conhecimento biológico, a ciência dos sistemas vivos (*bio-*), e do conhecimento

dos sistemas de valores humanos (-ética) (Potter, 1971). “Bioética” designava então uma disciplina que recorre às ciências biológicas para melhorar a qualidade de vida do ser humano, no sentido em que permite ao homem participar na evolução biológica, preservando a harmonia universal. Potter forja o neologismo “bioética” com uma forte dimensão ecológica. Entretanto, devido a diferentes factores, entre os quais a incipiente expressão da consciência dos problemas ambientais na década de 70 nos Estados Unidos e a debilidade dos movimentos ecológicos, a original acepção holista de bioética cai praticamente no esquecimento¹. De facto, pelo menos até à década de 90, Potter foi mais conhecido no espaço geocultural europeu continental do que no anglo-americano².

Quase simultaneamente, também em 1971, e sem conhecimento do já anterior aparecimento do termo “bioética”, Andre Hellegers, um obstetra holandês da Universidade de Georgetown, em Washington D.C., introdu-lo também com carácter inédito, mas com um sentido algo distinto: o de ética biomédica, enquanto ética das ciências da vida particularmente consideradas ao nível do humano (Reich, 1994). “Bioética” designa então um novo domínio da reflexão e da prática que incide sobre as questões humanas na sua dimensão ética, tal como se formulam no âmbito da prática clínica ou da investigação científica em seres humanos, e que recorre a sistemas éticos já estabelecidos ou a teorias a estruturar com a finalidade de salvaguardar a dignidade da pessoa, na integralidade da sua singularidade e na universalidade da sua humanidade. Foi devido a esta utilização do termo “bioética” que o mesmo veio a alcançar a projecção que hoje se lhe reconhece.

Bioética: uma ética aplicada?

A “bioética”, porém, não se identifica (mais) com uma “ética biomédica”, tomada no seu sentido específico. Esta refere-se ao relacionamento interpessoal no contexto da investigação científica (experimentação

¹ Potter manteve-se sempre fiel à acepção ecológica e holista originária com que forjou o termo “bioética”. Durante a década de 90, e em geral nos seus últimos escritos, o autor relança a sua perspectiva sobre o domínio próprio da bioética, agora sob a designação de uma “bioética global”. Cf. Van Rensselaer Potter; Lisa Potter, “Global Bioethics: Converting Sustainable Development to Global Survival”, *Medicine and Global Survival*, 2 (3), 1995: 185-191.

² Warren Reich tem sido o incansável pesquisador da origem do neologismo “bioética” e, neste âmbito, também ele o grande responsável pela divulgação do protagonismo pioneiro de Potter nesta matéria.

humana) e do processo terapêutico (prática clínica), enquanto a bioética, hoje reconhecidamente, não só ultrapassa o nível das relações pessoais no domínio da saúde, como extravasa o plano das questões exclusivamente humanas. Também não se confunde com uma deontologia ou ética profissional. Esta define-se por um conjunto de regras morais, jurídicas e administrativas de acção próprias aos membros de uma determinada profissão, enquanto a bioética pondera sobre a legitimidade moral das diferentes modalidades da acção humana sobre a vida, sem outras restrições. A bioética tão pouco se esgota como parte da ética, ciência dos princípios da acção, ou da moral, conjunto de normas que regulam o agir humano, precisamente porque combina em si a exigência de fundamentação do agir com o imperativo da intervenção efectiva.

Será então uma "ética aplicada", como também é frequentemente designada? Isto é, será a bioética a expressão concreta e mesmo pragmática de uma ética focalizada numa questão específica? Hoje fala-se amplamente de uma ética ambiental, de uma ética profissional, empresarial, dos engenheiros, dos *media*, etc. As designadas "éticas aplicadas", que têm vindo a proliferar sobretudo na última década, propõem-se, como objectivo geral, desenvolver uma ética ao nível de realidades concretas particulares. As vantagens mais imediatas são as de clarificarem necessariamente a natureza da ética, seu sentido e linguagem, e de beneficiarem do estímulo que as situações reais sempre inéditas exercem sobre a reflexão. Introduzem a exigência de racionalidade da acção num domínio específico da actividade humana, impõem a sistematização do pensamento na elaboração de uma normativa, e orientam-se para a resolução efectiva de problemas ou conflitos. Neste sentido, as éticas aplicadas deverão ser capazes de, sem reduzir a dimensão especulativa da filosofia moral, alcançar a singularidade da prática, o que farão sem se confinarem ao nível da tradicional casuística e reportando-se sempre a um plano teórico, a uma filosofia moral. Apenas assim poderão manter a sua credibilidade, conquistando ainda operacionalidade.

E, não obstante, quando a expressão "ética aplicada" se torna comum na definição da própria "bioética", há cerca de duas ou três décadas, vem a revelar-se como bastante polémica e por vezes mesmo pejorativa. "Ética aplicada" designa então, regra geral, o procedimento de dedução dos enunciados teóricos (teorias morais, princípios) às circunstâncias práticas para determinação do curso de acção. Este procedimento é criticamente apontado, no âmbito da bioética anglo-americana, muito em particular ao "principalismo" de Beauchamp e Childress de que se diz recorrer a um modelo dedutivista na transição dos princípios aos casos. Estes autores procuraram sempre refutar a acusação e conseguem-no claramente, sobre-

tudo a partir da 4.^a edição (1994) da sua obra de referência *Principles of Biomedical Ethics* (1.^a ed., 1979) em que introduzem o método de “especificação e ponderação” (*specifying and balancing principles*), o qual supõe um processo de duplo sentido e ajustamento recíproco entre princípios abstractos, regras e casos concretos, bem como de deliberação entre os diferentes princípios para uma tomada de decisão relativamente ao modo de agir num caso individual.

A expressão “ética aplicada” tem sido também bastante criticada no espaço cultural europeu continental, particularmente avesso ao tecnicismo mecanicista, ou mesmo ao normativismo principialista no domínio da ética que um procedimento dedutivista favoreceria. Nos últimos anos, porém, o tema vem merecendo a atenção de vários filósofos europeus, que têm sistematizado alguns modelos de transição da reflexão teórica à intervenção prática, na procura de um que se fure às críticas apontadas (Silveira de Brito, 2000). Karl-Otto Apel e Adela Cortina têm sido protagonistas principais nesta matéria, preconizando ambos, diríamos de um modo muito genérico, dois níveis ou momentos na ética: um primeiro de enunciação de princípios e empenho na sua fundamentação, e um segundo de aplicação ou modelação do enunciado teórico aos casos ou diferentes domínios da acção humana.

A questão fundamental que, quanto a nós, é colocada pelas “éticas aplicadas”, entre as quais e de modo mais destacado podemos incluir sem preconceitos a bioética, é a de se ultrapassar efectivamente a dicotomia entre a teoria e a prática, sem o atrofiamento de qualquer um dos planos: no reconhecimento da necessidade de normativas específicas de acção, como ligação originária e vital à filosofia moral ou à ética como disciplina filosófica; e na reivindicação de uma intervenção efectiva e pertinente ao nível da acção singular que imprima a mudança na realidade quotidiana como no curso da história da humanidade¹.

Da prática à reflexão

A estreita articulação entre a teoria e a prática, como um dos elementos identificadores das “éticas aplicadas”, é manifesta desde o

¹ No domínio específico da ética biomédica ou ética médica tem havido empenhados e bem sucedidos esforços no sentido de formular uma designada “teoria unitária da ética clínica”, uma unidade da teoria e da prática, em que se destaca o trabalho de Glenn Gruber e David Thomasma, *Theory and Practice in Medical Ethics*. New York, Continuum, 1989.

surgimento da bioética que, suscitada pela complexidade de problemas de ordem prática, procurou de imediato suporte teórico para uma melhor apreciação e deliberação sobre as questões em debate. Já no período da "pré-história" da bioética, na expressão de Albert Jonsen (1993), esta é-nos apresentada primeiramente como uma prática, isto é, como um modo diferente de agir, uma diferente lógica da acção. Esse momento instaurador reporta-se a 1962 e à criação, pelo Dr. Belding Scribner, do "God's Committee" (Seattle, Estados Unidos), a primeira comissão de ética a ser constituída, antes mesmo da vulgarização da expressão, e que reunia médicos e leigos com a incumbência de seleccionar pacientes candidatos a hemodiálise que se encontravam numa igualmente crítica situação clínica. Os elementos desta comissão, experienciando terríveis dificuldades no cumprimento da sua missão, determinam a necessidade de enunciação de critérios de selecção a aplicar a cada caso sujeito a apreciação, de modo a imprimir objectividade e coerência à sua acção. Através deste evento marcante da história da bioética, podemos dizer que esta se revelou primeiramente como uma nova prática, que exigiu um nível de reflexão teórica para sua própria validação e legitimação.

Antes do termo bioética ter sido forjado, antes do seu objecto de estudo ter sido enunciado e da sua metodologia ter sido formulada, em suma, antes de se encontrarem reunidas as condições mínimas para a sua afirmação como um domínio específico, já a sua prática era uma realidade. E, no entanto, sem o requisito de um plano teórico fundamentador, essa mesma realidade ter-se-ia desvanecido como qualquer outra efémera novidade. É a exigência de uma estrutura teórica para uma prática efectiva que consubstancializa a bioética como expressão de um novo saber.

O presente capítulo incide essencialmente sobre o percurso que a bioética vai realizando no seu processo de constituição como um novo domínio da reflexão e da prática: desde as primeiras manifestações, esporádicas e aparentemente inconsequentes, de uma nova lógica da acção no vasto domínio da saúde; às iniciativas cada vez mais amadurecidas de teorização acerca dos seus fundamentos, práticas e finalidades; à sua progressiva institucionalização como testemunho vivo e fecundo da sua consolidação como nova disciplina, da sua credibilidade e importância. Atribuiu-se particular importância às instituições portuguesas que se dedicam à reflexão, ensino e investigação bioéticas com objectivo de dar a conhecer o muito que, sobretudo na última década, se tem feito no nosso país nesta área, proporcionando ao leitor um mais fácil futuro contacto directo.

Leituras recomendadas

- BRITO, J. H. Silveira de, "Das éticas gerais às éticas aplicadas", *Arquipélago / Filosofia. Tendências gerais da ética na segunda metade do século XX*, 7, 2000: 143-161.
- JONSEN, Albert, "The Birth of Bioethics", Special Supplement, *Hastings Center Report*, 23 (6), 1993: S1-S15.
- PATRÃO NEVES, M., "O que é a Bioética", *Cadernos de Bioética*, 11, 1996: 7-27.
- PATRÃO NEVES, M., "A bioética de ontem, hoje e amanhã: interpretação de um percurso", in: L. Archer, L., J. Biscaia, W. Osswald e M. Renaud (coord.), *Novos Desafios à Bioética*. Lisboa, Porto Editora, 2001: 20-30.
- POTTER, Van Rensselear, "Bioethics, the Science of Survival, *Perspectives in Biology and Medicine*, 14 (1), 1970: 127-153.
- POTTER, Van Rensselear, *Bioethics: bridge to the future*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1971.
- REICH, Warren, "The Word 'Bioethics': Its Birth and the Legacies of those Who Shaped It", *Kennedy Institute of Ethics Journal*, 4 (4), 1994: 319-335.
- RENAUD, Isabel e Renaud, Michel, "Ética e Moral", in: L. Archer, J. Biscaia e W. Osswald (coord.), *Bioética*. Lisboa, Verbo, 1996: 34-41.